

Veja aí no manual: tempo de normas em dois grandes jornais impressos¹

Maria da Graça Bernardes e Silva²

Universidade Federal de Rondônia, RO

Resumo:

O tempo de produção do jornal impresso foi imposto por meio de normas estabelecidas em manuais, que por sua vez, controlam e moldam o produto final, a notícia. O presente trabalho tenta compreender o tempo responsável pela implantação de padrões racionais de gerenciamento do jornal-empresa. A pesquisa está centrada, no caso do jornalismo impresso, nos manuais de dois grandes jornais brasileiros: O Estado de São Paulo (OESP) e Folha de S. Paulo (FSP), fundados em 1875 e 1921, respectivamente. Analisa ainda suas contribuições significativas para a história da comunicação impressa no Brasil.

Palavras-chave:

Jornalismo impresso; manual de redação; tempo; produção; notícia.

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa no XI Congresso Nacional de História da Mídia (Alcar).

² Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação, e-mail: professoragracobernardes@gmail.com.

Na sociedade moderna ocidental os homens e mulheres conceberam um novo marco temporal que só conseguiu afirmar-se a partir e somente pela invenção do relógio mecânico moderno, cuja quadrícula de horas, minutos e segundos passou a ser difundida socialmente no século XIV.

Rojas afirma que esta noção de tempo moderno é concebida como um “marco temporal” definido como um “marco abstrato, homogêneo, vazio”.

“(…) o tempo deixou de ser uma dimensão a mais da experiência vivida e cotidiana, para transformar-se em uma entidade que parece ter sido *expropriada* aos próprios homens. (...) Vivem agora sua vida como “inserida” no tempo, que regula as ações e existe à margem deles.(…)” (Rojas, 2002, p.69).

Também a revolução industrial e o processo de industrialização influenciaram, sobremaneira, a experiência e os modelos de tempo de trabalho nas organizações produtivas.

Chanlat (1996), assinala duas dimensões sob as quais se exprime a problemática do tempo de trabalho na empresa: o tempo como duração ou “tempo externo” – representado fundamentalmente pelo horário de trabalho, ou seja, a quantidade de tempo que constitui a prestação de trabalho de uma jornada – e o tempo como ritmo e cadência da atividade produtiva ou “tempo interno” – está relacionado com as características e a intensidade do tempo de trabalho inserido em determinada duração.

No caso do jornalismo impresso, as empresas adotaram novos procedimentos administrativos para controlar, na prática, este tempo, principalmente habilitando uma estrutura de marcos temporais, capaz de funcionar de forma adequada às horas de fechamento.

Com isso o jornalismo ganhou novos procedimentos, principalmente a partir das décadas de 70 e 80 no Brasil, com os manuais de jornalismo impresso. Um dos seus principais objetivos é sem dúvida, regular as ações de trabalho e com isso padronizar no tempo o fazer e o produto jornalístico.

A mudança vivida pela imprensa mundial, no século XIX, com a feitura do jornal de publicação diária e de consumo de massa, ou seja, o jornal deixou de ser elitista para tratar de temas abrangentes e de interesse de muitas pessoas, identifica uma nova maneira de perceber o tempo.

Serão abordados aspectos, nesse sentido, dos manuais da FSP (Manual da Redação, 5. ed, 2002)³ e do O Estado de S. Paulo (Manual de Redação e Estilo, 3. ed, 1997). Foram escolhidos em razão de exemplificar didaticamente a questão do tempo e do trabalho prescrito no jornalismo impresso.

A pesquisa - de caráter indutivo, quantitativo-qualitativo, descritivo - está centrada em dois grandes jornais brasileiros: O Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo, fundados em 1875 e 1921, respectivamente.

Metodologicamente foram analisados o Manual de redação e estilo do Jornal O Estado de S. Paulo, terceira edição, de 1997. Trabalhamos com esta edição por ter sua posição bastante consolidada no mercado, ou seja, sete anos após a edição pioneira, de 1990.

No caso da Folha de S. Paulo, trabalhamos com o Manual de redação, edição 2002, por ser mais completo. A FSP tem como fio condutor um projeto editorial que começou a ser delineado na década de 70, porém, somente foi publicado pela Folha em 1984. Em segundo lugar, porque nele estão inseridas as normas de 1984 e 1987, além da última versão do projeto editorial de 1997.

Sobre o tempo de normas:

“Para ressaltar um aspecto fundamental do tempo de trabalho nas sociedades nascidas da revolução industrial: trata-se de um tempo caracterizado pelo constrangimento, pela obrigação. E é em grande parte através de normas que impõem este tempo – verdadeiro tempo central da sociedade industrializada em que a massa dos trabalhadores e, de modo mais geral, todos os membros do sistema se integram (...)” (Chanlat, 1996,p.116).

³ Serão utilizados Manual OESP e Manual FSP para designar o Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo e Manual da Redação da Folha de S.Paulo, respectivamente.

1.1 O tempo no Manual de Redação da Folha de S. Paulo

A Folha de S. Paulo foi fundada em 19 de fevereiro de 1921. A necessidade de normatizar o jornal foi iniciada em 1984, tendo como fio condutor o projeto editorial que vem se desenvolvendo desde os meados da década de 70.

Segundo o Manual FSP, na introdução:

“O novo manual também traduz uma flexibilização progressiva das normas presentes nas edições de 1984 e 1987, mais impositivas. Ele consubstancia os princípios da última versão do projeto editorial da Folha – divulgada em 1997 e aqui reproduzida – e procura orientar a aplicação desse projeto na prática cotidiana dos jornalistas. (P.7).

Interessante notar que várias normas que compõem o manual de 1984 e de 1987 são, originalmente, mais antigas. Algumas das normas que norteiam o jornal foram elaboradas no chamado período Nabantino, quando José Nabantino Ramos, advogado e com doutorado pela USP, assumiu a direção das Folhas – Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite - em 10 de março de 1945. Nabantino permaneceu no comando das Folhas até 1962. Em 13 de agosto de 1962 vendeu as Folhas aos novos proprietários: Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

Segundo a socióloga Gisela Taschner (1992), Nabantino teve que lidar com “a alta dos preços do papel desde 1958, com a aceleração inflacionária desde 1959, e com desaceleração econômica a partir de 1962”. (P.99).

Vários autores, entre eles, Mino Carta - no prefácio da edição de 1988, do livro de Cláudio Abramo, “A Regra do Jogo” –Bernardo Kucinski (1988), falam da contribuição de Abramo ao Projeto Folha, principalmente no que se refere as inovações editoriais colocadas em prática pelo jornalista. Abramo – lembramo-nos do jornalista quando das suas visitas à redação da Gazeta Mercantil, ainda no prédio da Rua Major Quedinho, no centro paulistano - sempre foi respeitado nas redações dos jornais. Foi afastado da direção da redação da Folha em 1977.

“É inegável que a Folha cresceu porque em vários

pontos soube dar seqüência às idéias do seu criador, mas a essência da reforma está plantada no jornal dirigido por Cláudio Abramo” (Carta *cit in* Abramo, 1988, p. 12).

Pela ótica da gestão, no entanto, Nabantino, verifica-se, é de fundamental importância também para a compreensão do jornalismo impresso e sua práxis. Ele é o principal articulador um dos pioneiros de um novo fazer jornalístico, baseado principalmente, em regras de controle da produção jornalística. Nabantino editou as primeiras “normas de trabalho “para a redação das Folhas – Manhã, Tarde e Noite – em 1959.

Em seu livro, “Jornalismo, Dicionário Enciclopédico”, publicado em 1970, Nabantino escreve:

“Procedendo eu da advocacia, que se desenvolve sob a disciplina de normas, sentia, como diretor de jornal, a falta de regras, tanto para o trabalho diário, como para reger as relações do periódico com o meio em que atuava. Estranhei profundamente que tudo isso se fizesse ao sabor da improvisação e do critério”. (p.15).

Nabantino era um empreendedor e na verdade suas “normas de trabalho” deixam claras a sua preocupação em padronizar o jornalismo para atender a demanda do jornal como empresa.

Nabantino (1970, p.14) afirma:⁴

“Quando em março de 1945, assumi a direção desses jornais, de jornalismo eu somente sabia o que sabem os leitores. Tive, porém, a boa idéia de reunir diariamente e durante anos a fio os chefes de serviço, para discutir os problemas do dia e apropriar-me rapidamente da experiência que tinham. Ao mesmo tempo, devorava toda a literatura estrangeira que havia sobre o assunto.

Dessa associação da prática com a teoria, começaram a nascer ordens de serviço esparsas, que se avolumaram no decorrer do tempo, ao ponto de exigirem, para fácil manuseio e bom entendimento, que se reunissem em volume. Editamos, então, em 1959, as “Normas de Trabalho da Divisão de Redação, para a elaboração da Folha da Manhã, da Folha da Tarde e da Folha da Noite”, inserindo sinceramente, entre parênteses, na capa do volume de 275 páginas, que se tratava de “texto provisório, destinado a execução experimental”. A experiência gerara o livro e o livro voltaria então a ser testado pela experiência. Tudo deu certo. A elaboração das “Folhas”, e mais

⁴ Os grifos são próprios da publicação, inclusive a acentuação que reflete os padrões de escrita estabelecidos em 1970.

tarde da “Folha de S. Paulo”, ganhou em eficiência e segurança, à proporção que era disciplinada por “Normas de Trabalho” escritas (...).”

Sobre isso Taschner diz:

“(...) não se trata mais de um *jornal* cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma *empresa* que tem atividade jornalística. Ela é o sujeito, e não mais o jornal. Este é o *produto* da atividade da empresa” (1992, p.67).

No Manual da FSP (2002), capítulo da “Folha” podemos encontrar por meio dos verbetes, antigos procedimentos adotados e elaborados por Nabantino – dispostos assim em seu livro de 1970 – e que continuam, verifica-se, em uso na empresa. Oportuno lembrar que inclusive a forma de apresentar as normas em verbetes é invenção de Nabantino com a colaboração de sua equipe à época. A fórmula continua sendo seguida pelo Manual da FSP, edição 2002.

Nabantino era conhecido pelos jornalistas como um “homem de personalidade forte”.

“Apesar de não ter modernizado as Folhas em todas as áreas possíveis, o fez em muitas delas. Empirista, imediatista, personalista, aprofundou a burocratização do processo de trabalho e da empresa, à medida que a fazia crescer” (Taschner, 1992, p. 97).

Nabantino no verbete “Normas de Trabalho”:

“(...) a imprensa adulta também opera dentro de Normas, em todas as etapas de trabalho. As atribuições de cada chefe estão escritas. A maneira de escrever, de usar certas palavras, está disciplinada. O que se deve e o que não se deve publicar, também está previsto. (...) Assim, cada jornal deve ter as suas, se quiser enquadrar-se entre os organizados”. (1970, p. 171)

Nabantino concedia prêmios aos jornalistas por produção, mérito e alcance de metas, regras que não só fazem parte do atual Manual da FSP, como observa-se, estão em pleno uso no jornal.

Diz o Manual da FSP:

“**Avaliação profissional** –Jornalistas da **Folha** são avaliados formalmente pelo conjunto de seus superiores. As avaliações (ótimo, bom, regular, insuficiente e ruim) baseiam-se nos seguintes critérios: produtividade, número de notas publicadas na seção “Erramos”,

advertências, conhecimento e aplicação das normas do “Manual da Redação”, domínio de linguagem, exclusividade de informações, iniciativa, criatividade, disciplina, empenho, confiabilidade técnica, versatilidade, rapidez e ações de aperfeiçoamento profissional”. (p. 107).

“**Premiação** – A **Folha** estimula seus jornalistas também por meio de premiações. Elas obedecem a uma graduação que vai do cumprimento formal aos profissionais que se destacam no exercício de suas tarefas às premiações pecuniárias por excelência do trabalho jornalístico ou alcance de metas. As premiações recebidas são levadas em conta no momento de fazer a avaliação do jornalista”;

“**Promoção por mérito** – Concedida na **Folha** com base na avaliação do desempenho do jornalista; **Metas** – A **Folha** estabelece metas de desempenho mensais e anuais para seus – A **Folha** estabelece metas de desempenho mensais e anuais para seus profissionais”. (p. 114-15).

Segundo Taschner, “Nabantino começou a tratar os jornalistas como se fossem operários de uma fábrica de qualquer outra mercadoria e passou a dar prêmios por volume de produção. Quem escrevesse mais ganharia mais” (1992, p. 94).

Para compreender melhor o trabalho prescrito e padronizado no tempo é oportuna a colocação de algumas concepções da teoria organizacional– cujos primeiros estudos no campo jornalístico são remetidos ao sociólogo norte-americano *Warren Breed*.

Para Traquina(2001, p. 72): 5 “(...) na teoria organizacional, a ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma *cultura* organizacional, e não uma *cultura profissional*”.

A teoria do desenvolvimento organizacional (DO), uma das muitas teorias administrativas, surgiu na década de 60, época de profundas mudanças nos comportamentos das pessoas e das organizações.

Ferreira (1997, p. 68) escreve:

“(...) alguns autores vêem a gênese dos programas de DO nas idéias fornecidas por Mayo, Roethlisberger & Lewin. (...) para esses autores, o DO se baseia no reconhecimento da importância da cultura da empresa sobre o comportamento de seus integrantes”.

É importante também ressaltar algumas idéias de Taylor para a compreensão do tempo contido no trabalho prescrito por manuais, especialmente no campo jornalístico: o plano de incentivo salarial, o tempo-padrão e a seleção científica do trabalho.

Segundo Ferreira:

“**Plano de incentivo salarial** – a remuneração dos funcionários deve ser proporcional ao número de unidades produzidas. Essa determinação se baseia no conceito do Homo economicus, que considera as recompensas e sanções financeiras as mais significativas para os trabalhadores. **Tempo-padrão** – o trabalhador deve atingir no mínimo a produção-padrão estabelecida pela gerência. É muito importante contar com parâmetros de controle da produtividade, porque o ser humano é naturalmente preguiçoso. Se o seu salário **Seleção científica do trabalhador** – o trabalhador deve desempenhar a tarefa mais compatível com suas aptidões. A maestria da tarefa, resultado de muito treino, é importante para o funcionário (que é valorizado) e para a empresa (que aumenta sua produtividade”. (1997, p.15-16).

Taschner enfatiza que à medida “em que os antigos processos de trabalho se degradam (via especialização e progressiva separação entre seus aspectos manual e mental) , mecanizam-se e se desenvolvem as funções de gerência, ao mesmo tempo que as empresas crescem e o capital se concentra e centraliza”(1992, p.95).

A Folha de S. Paulo utiliza também, programas de qualidade, difundidos principalmente, após o início dos anos 80, também conhecidos como modelo de gestão por excelência ou qualidade total (programas de qualidade).

Os programas de qualidade são abordados no Manual da FSP e também no projeto editorial.

A questão é tratada na última versão do projeto de 1977:

“A adaptação de programas de qualidade à esfera das Redações tem mostrado que é possível reduzir a incidência dos erros de forma (linguagem e digitação), ao mesmo tempo em que abre caminho para um combate pela primeira vez metódico aos erros mais importantes, os de conteúdo, cujos mapeamento, prevenção e retificação ainda são, quando muito, incipientes” (Manual FSP, p. 17).

No Manual FSP, 2002:

Programa de Qualidade – Núcleo de apoio à Redação que tem como objetivo ajudar o jornal a cumprir suas metas de excelência editorial. Está entre suas atribuições organizar iniciativas de combate a erros de informação, de gramática, de digitação e de padronização. Cabe também ao programa zelar pelo respeito às normas deste manual e auxiliar a implementação do projeto editorial da Folha” (p.115).

1.2 O tempo no Manual e Estilo do OESP

O Estado de S. Paulo foi fundado em 4 de janeiro de 1875. Seu primeiro nome foi “A Província de São Paulo” e seu principal vendedor, Bernard Grégoire que a cavalo e portando um berrante, anunciava o jornal à São Paulo antiga. Simbolicamente é representado pela criação do selo *ex-libris*, marca da empresa até hoje.

Passou a circular com o nome “O Estado de S. Paulo” em 1889. Também é conhecido popularmente como “Estadão”. A principal diferença entre o manual da FSP em relação ao do OESP é o fato do manual do OESP ter autor: Eduardo Martins.

Enquanto o manual da FSP representa a empresa peranteum padrão de racionalização da produção, consolidado por um projeto editorial lançado a partir da década de 70, o jornal OESP publica suas normas por meio de um interlocutor.

“De autoria do jornalista, Eduardo Martins, mais de 40 anos dedicados ao ofício de moldar textos na Redação do **Estado**, o Manual chega agora à terceira edição.

Cada um dos seus verbetes traz a experiência de quem chefiou incontáveis editorias no jornal, foi seu secretário de Redação e já por oito anos auxilia a Direção da Redação no controle de qualidade dos textos publicados”. (OESP, 1997, p. 5).

Maciel pondera:

“Se a obra, no entanto, é apresentada como um manual vinculado a uma instituição jornalística, era de se esperar que questões diretamente ligadas à prática centralizassem sua abordagem, mas isso não ocorre. A

maior parte do manual compõe-se de instruções gramaticais, noções de estilo e prescrições sobre seleção de palavras e expressões. A linha editorial do Estado fica diluída entre as centenas de verbetes e apenas na primeira parte da obra é possível apreendê-la de uma forma mais simples e clara. O manual OESP apresenta os preceitos gerais para a prática jornalística no jornal (imparcialidade, isenção, objetividade, e credibilidade) mesclados com as reiteradas prescrições de compromisso com a correção e o bom gosto vocabular. Apesar disso, esse forte caráter gramatical e vocabular funciona como mecanismo de controle editorial, pois vai determinar que termos podem e/ou devem ser utilizados, por que e como. Isso atuará diretamente nos moldes em que os textos deverão ser produzidos (...)” (2001, p. 52-53).

De acordo com Traquina:

“O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle”. (2001, p.77).

Na solicitação à redação “para que os erros deixem de ser cometidos” (p.6) há, no fundo, uma condição temporal no trabalho prescrito pelo Manual OESP, ou seja, o trabalho jornalístico precisa ser ágil em todo o processo de produção. E de uma certa maneira é alcançado pela organização jornalística, à medida que transfere a responsabilidade para o jornalista de elaborar um texto dentro de padrões e o personifica com a possibilidade da assinatura do jornalista na matéria.

No capítulo 1, “instruções gerais”:

“Proceda como se o seu **texto** seja o **definitivo** e vá sair tal qual você o entregar. O processo industrial do jornal nem sempre permite que os copistas, subeditores ou mesmo editores possam fazer uma revisão completa do original. Assim, depois de pronto, reveja e confira todo o texto, com cuidado. Afinal, é o seu nome que assina a matéria”. (Manual OESP, p. 18).

Poucos produtos exigem tanta sincronização de esforços para cumprir o prazo de entrega como o jornal. Enquanto, para a maioria dos produtos, a unidade de tempo relevante é o dia, a semana o mês, a medição do tempo das etapas de produção do jornal deve ser efetuada em minutos.

O ciclo de produção envolve o uso de diversas tecnologias, vários equipamentos especializados e profissionais. Por esse motivo, no meio editorial, fala-se do estresse do jornalismo, resultante da constante pressão do tempo sobre o meio impresso.

Referências Bibliográficas:

- CHANLAT, J. (Coord.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. Tradução: Christina T. Costa, Maria Helena C. V., Ofélia de Lanna Sette Tôrres. São Paulo: Atlas, 1996. Original Francês.
- FERREIRA, A; PEREIRA, M; REIS, A. **Gestão empresarial**: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 1997.
- KUCINSKI, B. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MACIEL, S. **Manuais de estilo, notícia e subjetividade**. São Paulo, 2001. 153 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e lingüística) - Setor de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MANUAL de redação: Folha de São Paulo. 5. ed. São Paulo: Publifolha, 2002.
- MARTINS, E. **Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo**. 3. ed. rev. amp. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.
- MEDINA, C. **Notícia**: um produto à venda. São Paulo: Editora Alfa omega, 1978.
- RAMOS, J. N. **Jornalismo**: dicionário enciclopédico. São Paulo, SP: IBRASA Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A. , 1970.
- ROJAS, C. A. A. **Tempo, duração e civilização**: percursos Braudelianos. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez Editora, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 89).
- TASCHNER, G. **Folhas ao vento**: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001. (Série comunicação)